

TRANSFORMAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: do zapatismo ao bolivarianismo

Zulene Muniz Barbosa¹

Resumo: O artigo analisa as transformações da América latina sob o signo do neoliberalismo, bem como os impactos desta ofensiva que inspirada no Consenso de Washington aprofundou as históricas desigualdades no continente latino americano impulsionando manifestações e revoltas populares. Examina a crise dessa ideologia e a inovação dos movimentos sociais, destacando o zapatismo no México e o bolivarianismo na Venezuela

Abstract: The article examines changes in Latin America under the sign of neoliberalism, and the impact of this attack that inspired the Washington Consensus deepened the historical inequalities in Latin American continent fueling popular protests and riots. Examines the crisis of ideology and innovation of social movements, including the Zapatista in Mexico and Venezuela in the Bolivarian

Introdução

A atual conjuntura pode ser caracterizada como uma crise do capitalismo neoliberal. Na América Latina, entre as décadas de 1980 e 1990, esse receituário se traduziu num amplo programa de privatização (siderurgia, ferrovias, energia, telefonia) que avançou para a formação de grandes monopólios privados. As políticas inspiradas no Consenso de Washington (1989) aprofundaram as históricas desigualdades no continente, impulsionando manifestações e revoltas populares diretamente relacionadas ao aumento da miséria e da exploração da força de trabalho. Trata-se de processo de degradação que remonta à própria história de dominação da América Latina, “pelos centros do capitalismo mundial pelo domínio da região suscitando rivalidades históricas entre a região platina e amazônica intensificada pela forte presença dos Estados Unidos. Esse processo, porem, não foi desprovido de lutas sociais empreendidas pelos dominados, desde os esforços que compuseram os ideais integracionistas de Simon Bolívar no continente latino americano. citação?

Segundo Petras (1999), durante a década 1990, o desencanto com as políticas neoliberais conduziu, no plano político, campanhas eleitorais contrárias a esta programática do neoliberalismo, com sinais de crise que já se anunciavam desde 1994, marcando uma nova etapa de lutas sociais. Analisando o que classificou como *o ciclo eleitoral e a espiral sócio-*

¹ Doutora em Ciência Política, professora da Universidade Estadual do Maranhão e pesquisadora do NEILS

econômica na América Latina, o autor observa que neste continente os governos eleitos cumpriram um ciclo de ascensão e decadência a partir de *três marés* (1980 a 1990).

A partir de um recorte temporal, a *primeira maré* teve início com a transição dos ciclos de ditaduras militares para governos civis eleitos. Esses governos, ao adotarem a retórica do livre mercado, iniciaram o desmonte da legislação sindical e trabalhista com a privatização de grandes estatais e empresas públicas, além de investirem num amplo programa de desestatização.

A *segunda maré*, no final da década de 1980, foi marcada pelo ataque às políticas neoliberais. De acordo com Petras (1999), prevaleceu a demagogia eleitoral, estratégia que acabou por formatar uma segunda leva de políticos -que deram continuidade a esta programática incorporando a insatisfação de vários setores. A *terceira maré*, em meados dos anos 1990, aprofundou as reformas neoliberais com a exploração ainda mais intensa do chamado livre mercado. A intensificação das reformas neoliberais teve como resposta levantes sociais, com ecos que vieram de diversas partes. No México os chipanecos ecoam um grito de guerra contra o neoliberalismo, na Argentina as “puebladas” expressam o elevado nível de insatisfação dos trabalhadores com o processo de desindustrialização -que avançou para uma crise política que derrubou o governo Fernando de La Rúa e devorou mais três presidentes em pouco mais de uma semana. Para Oliver Costila (1995), na Bolívia, implodiu a luta em torno do gás, configurada como uma guerra anunciada que culminou na queda do presidente Gonzalo Sánchez de Louzada. No Brasil, o Movimento Sem Terra (MST) estabelece uma agenda de luta em prol da reforma agrária acirrando a luta entre proprietários e não proprietários. Muitos desses movimentos avançaram para posições e ações anti-sistêmicas.

É importante ressaltar que esta situação teve como marco os anos 1970, quando os preços dos produtos de exportação diminuíram em números absolutos em relação aos preços dos produtos importados, minando a capacidade de a América Latina pagar a sua dívida acumulada. Foram impostas duras condições por parte das instituições financeiras comprometendo cerca de 35% da receita das importações na região. O resultado desse processo foi o empobrecimento de amplos setores sociais, devido ao afastamento do Estado das responsabilidades pelos serviços sociais básicos. Esse processo teve como consequência o crescimento do número de organizações não governamentais² que passaram a implementar

² Constitui-se um equívoco a identificação ONGS/organizações populares, pois se diferenciam quanto às suas origens históricas e organizacionais (Graham, 19992). Na Bolívia, as ONGS foram definidas como organizações privadas sem fins lucrativos. Elas podem ser nacionais ou internacionais, religiosas ou leigas.

diversos projetos de desenvolvimento em nome das agências de desenvolvimento internacionais e governamentais (Petras, 1995). Diferentemente dos anos 1970 as ONGS sofreram diversas mutações e se distanciaram das suas origens (ONGS/Organizações populares). A partir dos anos 1980 incorporaram o viés privatista de complementação das ações do Estado.

Paralelamente, caiu o nível de vida de amplas parcelas da população assalariada urbana. Nas áreas rurais, a deteriorização do padrão de vida intensificou-se, desencadeando diversos movimentos que se organizaram seguindo os ecos de Chiapas: reivindicam lei indígena, a redefinição do conceito de propriedade, a defesa de recursos naturais, soberania popular, autonomia dos povos e comunidades tradicionais, ações de guerrilhas, greves, ocupações de terra e movimentos estudantis e de desempregados. Esses novos protagonistas passam a se mover no terreno das ações de confronto ao neoliberalismo, numa conjuntura ideológica que havia decretado o fim de qualquer movimento de resistência, especialmente pela via da insurreição. Contra esse tipo de determinismo, a inovação veio de dos setores oprimidos (indígenas, sem terras, desempregados) da América Latina, que lutam por trabalho, terra e pela afirmação das suas identidades coletivas.

RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO: zapatismo e bolivarianismo

A partir de 1994, o espectro de resistência teve como marco a insurreição das comunidades indígenas de Chiapas (México), encabeçada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Esse movimento colocou em xeque as políticas tradicionais, historicamente implementadas pelo Estado nacional mexicano. Conforme Dávalos (2005): “la incursión de los movimientos indígenas como movimientos sociales, y la constitución de los movimientos indígenas como sujetos políticos, representan uno de los fenómenos sociales y político más novedosos y complejos en la historia reciente de América Latina”.

De base marcadamente indígena e camponesa, esse movimento exige do Estado autonomia para intervir nos assuntos que dizem respeito à organização econômica e política dos seus territórios e de acordo com suas tradições culturais. Ao mesmo tempo, rejeita uma cidadania nacional homogênea, que desconsidera ou trata de forma folclórica os seus modos de organizar a vida. Ao se confrontar com os governos legais, O Exército Zapatista de Libertação Nacional sinaliza formas de participação direta, que têm como característica básica

Suas atividades são dirigidas para o desenvolvimento e ou assistência e podem ser financiadas por fundos públicos ou recursos internacionais de cooperação.

a insubordinação e a resistência. Reivindica “um mundo onde caiba outros mundos” (Almeida 2007) e, nesse tipo de embate, estabelece processos de ruptura com a institucionalidade, ao mesmo tempo em que lança questões sobre Estado burguês –que, ao “adotar a ideologia liberal do cidadão (livre e igual) o faz relegando outras formas culturais o título de mortas ou arcaicas” (Hilsenbeck, 2008).

O EZLN enfatiza a sua base social heterogênea e busca a modificação da política indigenista. Cabe destacar que se trata de um movimento que se confronta com graus aprofundados de exclusão social a que está submetida os povos indígenas. Estes representam cerca de 15% de uma população que varia entre 8 e 12 milhões, divididas em 56 grupos étnicos. Os níveis de desigualdades e de miséria estabelecem a confrontação contra a política neoliberal implementada pelo Estado mexicano, a partir de 1988.

No entanto, ao exigirem o alargamento do Estado, não se restringem simplesmente às questões étnicas, mas buscam também construir formas de auto-governos baseadas na participação direta. Isto coloca em pauta a luta por direitos coletivos, que se choca com a cidadania liberal baseada na homogeneidade cultural. Nos termos de Gramsci, buscam a construção de uma contra-hegemonia, a partir da “guerra de posição” que deve anteceder a conquista do poder do Estado.

Segundo Almeida (2008), a reemergência desse forte indigenismo pode trazer à tona questões até então adormecidas e que, dependendo da situação concreta de cada região (em especial as relações etnia-classe social), pode colocar em cheque não somente a política mas a estrutura do Estado-nação. Para o autor, o movimento articula a defesa de valores étnicos à luta pela emancipação nacional, ao mesmo tempo em que procura integrar esta última a um projeto mais amplo de questionamento do capitalismo.

Esse traço inovador acontece também na Venezuela, obviamente guardadas as devidas especificidades. A chamada revolução bolivariana pode ser caracterizada por quatro macro dinâmicas: a revolução anti-imperialista, a revolução democrático- burguesa e a contra-revolução neoliberal . Trata-se de um movimento complexo que, ao se afirmar contra o neoliberalismo, mantém uma forte ofensiva a partir do governo de Hugo Chaves e, independentemente das suas contradições internas, trata-se de conjunto de transformações políticas e sociais em curso. A chamada Revolução bolivariana é um movimento que possui uma ampla composição que não deve ser centrada na figura de Hugo Chaves, mas examinada a partir dialética das forças sociais que a compõem.

Como projeto estratégico, o bolivarianismo tem sido alvo de crítica. No entanto, o movimento contém um elemento de força a ser observado que é a presença da classe

trabalhadora, organizada sob uma multiplicidade de partidos e enraizada num forte movimento de bairro da periferia de Caracas. Configurada como uma frente, a revolução bolivariana lança mão de um forte sentimento nacionalista e de uma clara demarcação antiimperialista. No seu conjunto demonstra que as veias da América Latina pulsam e se abrem para novas experimentações ou caminhos alternativos. Nesse sentido, o movimento traz no seu interior um conjunto de potencialidades e fragilidades, cuja redefinição vai depender, mais uma vez, das novas condições em que se desenvolvem as lutas de classes, na América Latina.

Em outros termos, zapatismos e bolivarianismos devem caminhar no sentido de perceber, cada vez mais, as raízes desta nova rodada de dominação e as possibilidades de construção de novas relações de hegemonia. Os abalos desta nova crise do capital atestam que a aposta na supremacia capitalista de *ad infinitum* é cada vez mais improvável.

Referências

- ALMEIDA, Lúcio. Lutas sociais e questões nacionais na América latina: algumas reflexões. Lutas sociais 17/18. São Paulo ,2007
- COSTILA, Oliver. A questão do Gás na Bolívia: um guerra anunciada (Mímeo)
- PETRAS, James. Ensaios contra ordem. São Paulo Scrita, 1995
- HILSENBECK, Alexander. Por um Mundo onde caibam muitos mundos: zapatismo e as fronteiras da resistência e da esperança. Lutas sociais